

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	12
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	13
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	17
2.7 Destinação de resultados	18
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	21
2.10 Planos de negócios	22
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	24
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	25
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	32
5.4 Alterações significativas	36
5.5 Outras informações relevantes	37

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contidas neste item “Comentário dos Diretores” devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para acesso no nosso site (<https://ri.meliuz.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/>).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” das colunas de determinadas tabelas neste item “Comentário dos Diretores” significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Destacamos ainda que em decorrência da venda de Bankly em 27 de novembro de 2023, as informações consolidadas do Méliuz S.A. findas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - apresentadas para fins de comparação - foram ajustadas e o resultado de Bankly foi reapresentado na categoria Operações Descontinuadas, conforme exigido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que o Méliuz apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, considerando os indicadores abaixo. Nossas atividades estão sendo suportadas pelos recursos captados na oferta pública inicial de ações (IPO realizado em novembro de 2020) e na oferta subsequente de ações (*Follow-on* realizado em julho de 2021).

(em R\$ mil, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Ativo Circulante	740.911	922.992
Passivo Circulante	131.572	471.614
Índice de Liquidez Corrente (1)	5,6	2,0
Passivo Não Circulante	64.936	87.139
Patrimônio Líquido	782.487	799.198
Índice de Endividamento (2)	0,25	0,70
Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)	846	132
Caixa e equivalentes de caixa	664.348	455.772
Dívida Líquida/ Caixa Líquido (3)	663.502	455.640

(1) Liquidez Corrente: Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante;
(2) Índice de Endividamento: (Passivo Circulante acrescido do Passivo Não Circulante) dividido pelo Patrimônio Líquido; e
(3) Dívida Líquida: A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que os resultados operacionais da Companhia indicam a nossa capacidade de crescimento. Uma base de usuários robusta e engajada viabiliza o crescimento sustentável da Companhia. Além disso, contamos com a parceria com o banco BV para nos dar suporte no crescimento do segmento de Serviços Financeiros dentro do ecossistema Méliuz.

Indicadores Operacionais	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Shopping		
Net take rate - % (1)	2,30%	2,30%
Take rate - % (2)	6,10%	6,50%
Contas Totais - # mil (3)	29.982	26.877
GMV Shopping Brasil Total - R\$ mil (4)	4.597.401	5.347.184
GMV Shopping Internacional - R\$ mil (5)	430.040	198.477
Serviços financeiros - Parceria BV (6)		
Contas digitais abertas acumuladas - # mil	915,4	-
Cartões de crédito emitidos acumulados - # mil	48,7	-
TPV - R\$ mil	110.345	-

Adicionalmente, em 2023 atingimos nosso foco principal de continuar crescendo, mas de forma mais eficiente, ou seja, com margens mais saudáveis, em todas as linhas de negócio. durante o ano de 2023 foram centenas de iniciativas de otimização de custos e despesas que realizamos dentro de cada área, e todas foram catalogadas e se tornaram referência para o Méliuz e suas empresas adquiridas e com isso melhoramos significamente nosso resultado. Entramos em 2024 com uma estrutura de custos e despesas de volta para um patamar que nos permite alinhar crescimento com rentabilidade.

(em R\$ mil, exceto porcentagem) (7)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Líquida	326.589	320.121
EBITDA (8)	(61.817)	(90.058)
Margem EBITDA (9)	-18,93%	-28,13%
EBITDA Ajustado (10)	(1.138)	(93.500)
Margem EBITDA Ajustado (11)	-0,35%	-29,21%
Resultado Líquido (12)	(20.788)	(33.573)
Resultado líquido ajustado (13)	39.891	(37.015)

(1) Net take rate: Comissionamento recebido dos parceiros menos o que é repassado em forma de cashback aos nossos usuários;

(2) Take rate: Corresponde ao percentual de comissão da empresa em cada transação originada para os parceiros no shopping. Cálculo gerencial Méliuz: divisão da comissão acordada com cada parceiro pelo GMV originado;

(3) Contas Totais: Total de usuários que possuem cadastro no Méliuz e no Picodi;

(4) GMV Shopping Brasil Total: valor Bruto de Mercadorias, na tradução para português. Indica o valor total das vendas originadas para nossos parceiros do e-commerce na data em que os usuários realizaram as compras, ou seja, trata-se do GMV originado no ato da compra – contempla os números de Méliuz e Promobit;

(5) Conceito explicado no item 2 acima, porém considerando os números da operação de cashback do Picodi, subsidiária do Méliuz localizada na Polônia;

(6) Em dezembro de 2022 assinamos o acordo comercial com o banco BV que nos permite ser remunerados por cada conta e cartões de crédito ativados, além de outros produtos que possam ser desenvolvidos ao longo da parceria.

(7) Os números apresentados correspondem aos resultados apenas das operações em continuidade, desconsidera os números de Bankly que foi vendido em 27 de novembro de 2023;

(8) EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização;

(9) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida;

(10) EBITDA Ajustado: Considera por meio do EBITDA receitas ou despesas que a Companhia identifica como itens extraordinários ou não recorrentes, tais como os gastos com aquisições de empresas;

No caso de 2022 os itens extraordinários foram: Gastos com rescisão contratual (R\$ 3,8 milhões); Reversão de encargos referentes a stock options (-R\$ 3,4 milhões); Despesas com assessoria jurídica e financeira para venda do Bankly (R\$ 18,1 milhões); Atualização do earn-out a pagar das empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi (R\$ 25,4 milhões); Provisão de perda da Americanas (R\$ 1,2 milhões); Provisão de perda da 123 milhas (R\$ 0,3 milhões); Contingências processuais Bankly (R\$ 16,3 milhões) e Outros extraordinários (-R\$ 1,0 milhões);

(11) Margem EBITDA Ajustado: EBITDA ajustado dividido pela receita líquida;

(12) Resultado líquido das operações em continuidade;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(13) Resultado líquido desconsiderando receitas ou despesas que a Companhia identifica como itens extraordinários ou não recorrentes.

b. estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada entre capital próprio e de terceiros, conforme evidenciado na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	196.508	558.753
Capital próprio (patrimônio líquido)	782.487	799.198
Capital total (terceiros + próprio)	978.995	1.357.951
Parcela de capital de terceiros	20,07%	41,15%
Parcela de capital próprio	79,93%	58,85%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e o Caixa Líquido da Companhia nas referidas datas.

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Bruta (1)	846	132
Caixa Líquido/Dívida líquida (2)	663.502	455.640

(1) A Dívida Bruta se refere ao total de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar.
(2) O Caixa Líquido refere-se ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalente de caixa.

Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, em função de fatores exógenos a Companhia, como por exemplo fatores macroeconômicos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o saldo de caixa da advindo dos recursos captados na oferta pública inicial de ações (IPO realizado em novembro de 2020) e na oferta subsequente de ações (*Follow-on* realizado em julho de 2021).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e o saldo em caixa advindos dos valores captados nas ofertas públicas de ações. Caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil da Companhia é de R\$ 846 mil, referente ao arrendamento do edifício utilizado como escritório e sede administrativa da Picodi, subsidiária do Méliuz.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item “i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes” acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil da Companhia é de R\$ 846 mil, referente ao arrendamento do edifício utilizado como escritório e sede administrativa da Picodi, subsidiária do Méliuz.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data de publicação deste documento a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis auditadas da Companhia referentes ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparadas com o mesmo período do ano anterior conforme especificado a seguir.

Em decorrência da venda de Bankly em 27 de novembro de 2023, as informações consolidadas do Méliuz S.A. findas em 31 de dezembro de 2023 e a de 2022 - apresentadas para fins de comparação - foram ajustadas e o resultado de Bankly foi reapresentado na categoria Operações Descontinuadas, conforme exigido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	31/12/2023	AV	31/12/2022 (reapresentado)	AV	AH
Receitas líquidas	326.589	100,00%	320.121	100,00%	2,02%
Despesas operacionais	(397.659)	-121,76%	(416.985)	-130,26%	-4,63%
Despesas com cashback	(139.183)	-42,62%	(179.277)	-56,00%	-22,36%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas com pessoal	(100.823)	-30,87%	(145.904)	-45,58%	-30,90%
Despesas comerciais e de marketing	(22.771)	-6,97%	(26.028)	-8,13%	-12,51%
Despesas com softwares	(12.324)	-3,77%	(26.897)	-8,40%	-54,18%
Despesas gerais e administrativas	(51.072)	-15,64%	(30.830)	-9,63%	65,66%
Serviços de terceiros	(26.537)	-8,13%	(26.477)	-8,27%	0,23%
Depreciação e amortização	(9.253)	-2,83%	(6.806)	-2,13%	35,95%
Ajuste a valor justo de earn-out a pagar e de opção de compra	(25.365)	-7,77%	31.065	9,70%	-181,65%
Outros	(10.331)	-3,16%	(5.831)	-1,82%	77,17%
Resultado bruto	(71.070)	-21,76%	(96.864)	-30,26%	-26,63%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(71.070)	-21,76%	(96.864)	-30,26%	-26,63%
Resultado financeiro	51.304	15,71%	49.550	15,48%	3,54%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(19.766)	-6,05%	(47.314)	-14,78%	-58,22%
Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	(1.022)	-0,31%	13.741	4,29%	-107,44%
Lucro (prejuízo) líquido do período de operações em continuidade	(20.788)	-6,37%	(33.573)	-10,49%	-38,08%
Operações descontinuadas	(4.764)	-1,46%	(24.575)	-7,68%	-80,61%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25.552)	-7,82%	(58.148)	-18,16%	-56,06%

Receitas líquidas

Atingimos uma receita líquida total de R\$ 326,6 milhões em 2023, um aumento de 2% em relação aos R\$ 320,1 milhões reportados em 2022. No comparativo dos números apresentamos: (i) um aumento de 112% na linha de serviços financeiros, fruto da transição entre os produtos próprios para a parceria com o banco BV; (ii) queda de 18% da receita de Picodi, explicado principalmente pela redução da operação legado de cupom de desconto com objetivo de promover a operação cashback; e (iii) queda de 5% na receita líquida de shopping Brasil explicada pela estratégia da Companhia de priorizar rentabilidade e por conta da desaceleração do mercado de e-commerce.

Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$ 397,7 milhões em 2023, uma redução de 5% em relação a 2022, quando as despesas totalizaram R\$ 417,0 milhões.

Na linha de despesas com cashback finalizamos o ano em R\$ 139,2 milhões em 2023, uma redução de 22% em relação ao ano de 2022, quando totalizaram R\$ 179,3 milhões, explicado principalmente pelo foco em otimização das margens e pelo menor GMV gerado no período.

Na linha de despesas com pessoal, finalizamos o ano em R\$ 100,8 milhões contra R\$ 145,9 milhões em 2022, uma redução de 31%, explicada pela reestruturação organizacional realizada na Companhia durante o ano de 2023.

Na linha de despesas com comercial e marketing, finalizamos o ano em R\$ 22,8 em 2023, contra R\$ 26,0 milhões em 2022, uma queda de 13%, explicada pela otimização dos investimentos de marketing, buscando retorno mensurável e de curto prazo para a Companhia.

Na linha de software, finalizamos o ano em R\$ 12,3 milhões em 2023 contra R\$ 26,9 milhões em 2022, uma redução significativa de 54% explicado pela renegociação de contratos e fornecedores e otimização de escopo e internalização de serviços.

No somatório das linhas despesas gerais e administrativas, depreciação e amortização e outros, finalizamos o ano com uma despesa total de R\$ 96,0 milhões em 2023 contra R\$ 12,4 milhões em 2022. Esse aumento é explicado pelo(a): (i) ajuste de *earn-out* das empresas adquiridas em 2021 (Promobit e Melhor Plano), no valor de R\$ 13,6 milhões; (ii) à

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

atualização da opção de compra do Picodi no valor negativo de R\$ 11,0 milhões; (iii) contingências jurídicas referentes a venda do Bankly no valor negativo de R\$ 16,3 milhões.

Resultado líquido do período

O resultado líquido do período para as operações em continuidade foram de R\$ 20,8 milhões negativos em 2023 contra R\$ 33,6 milhões negativos em 2022. A melhora é explicada pela busca da Companhia em maior eficiência, durante o ano de 2023, quando revisitamos todos os custos e despesas da Companhia e renegociamos todos os contratos com fornecedores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação entre os saldos consolidados das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	69.361	7,08%	455.772	33,56%	-84,78%
Contas a receber de clientes	43.804	4,47%	31.180	2,30%	40,49%
Títulos e valores mobiliários	594.987	60,78%	287.614	21,18%	106,87%
Tributos a recuperar	7.563	0,77%	27.734	2,04%	-72,73%
Custódia de criptoativos	12.231	1,25%	6.707	0,49%	82,36%
Carteira de criptoativos	212	0,02%	102	0,01%	107,84%
Outros ativos	12.753	1,30%	113.883	8,39%	-88,80%
Total do ativo circulante	740.911	75,68%	922.992	67,97%	-19,73%
NÃO CIRCULANTES					
Realizável a longo prazo					
Tributos diferidos	55.094	5,63%	73.262	5,40%	-24,80%
Antecipação de earn-out	-	0,00%	12.994	0,96%	-100,00%
Outros ativos	1.257	0,13%	5.456	0,40%	-76,96%
Total do ativo realizável a longo prazo	56.351	5,76%	91.712	6,75%	-38,56%
Investimentos	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
Imobilizado	2.200	0,22%	4.605	0,34%	-52,23%
Arrendamento mercantil - direito de uso	813	0,08%	-	-	-
Intangível	178.719	18,26%	338.641	24,94%	-47,22%
Total do ativo não circulante	238.084	24,32%	434.959	32,03%	-45,26%
TOTAL DO ATIVO	978.995	100,00%	1.357.951	100,00%	-27,91%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais					
	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
CIRCULANTES					
Fornecedores	5.104	0,52%	18.716	1,38%	-72,73%
Empréstimos e financiamentos	-	-	132	0,01%	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	44.614	4,56%	41.792	3,08%	6,75%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.402	0,25%	656	0,05%	266,16%
Provisão de Cashback	20.997	2,14%	16.270	1,20%	29,05%
Arrendamento mercantil a pagar	350	0,04%	-	-	-
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	-	-	356.016	26,22%	-
Dividendos mínimos a pagar	19	0,00%	19	0,00%	0,00%
Custódia de criptoativos	12.231	1,25%	6.707	0,49%	82,36%
Receita diferida	5.996	0,61%	5.749	0,42%	4,30%
Earn-out a pagar	37.839	3,87%	8.034	0,59%	370,99%
Adiantamentos	165	0,02%	13.426	0,99%	-98,77%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outros passivos	1.855	0,19%	4.097	0,30%	-54,72%
Total do passivo circulante	131.572	13,44%	471.614	34,73%	-72,10%
NÃO CIRCULANTES					
Arrendamento mercantil a pagar	496	0,05%	-	-	-
Provisão de Cashback	3.138	0,32%	954	0,07%	228,93%
Tributos diferidos	378	0,04%	873	0,06%	-56,70%
Obrigações trabalhistas e tributárias	955	0,10%	6.315	0,47%	-84,88%
Earn-out a pagar	5.572	0,57%	28.920	2,13%	-80,73%
Opção de compra	23.741	2,43%	12.794	0,94%	85,56%
Receita diferida	28.743	2,94%	34.492	2,54%	-16,67%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.911	0,20%	2.789	0,21%	-31,48%
Outros passivos	2	0,00%	2	0,00%	0,00%
Total do passivo não circulante	64.936	6,63%	87.139	6,42%	-25,48%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	920.482	94,02%	920.480	67,78%	0,00%
Reserva de capital	-31.013	-3,17%	-39.392	-2,90%	-21,27%
Outros resultados abrangentes	-3.435	-0,35%	-3.636	-0,27%	-5,53%
Prejuízos acumulados	-109.555	-11,19%	-90.996	-6,70%	20,40%
Patrimônio líquido atribuído a controladores	776.479	79,31%	786.456	57,91%	-1,27%
Patrimônio líquido atribuído a não controladores	6.008	0,61%	12.742	0,94%	-52,85%
Total do patrimônio líquido	782.487	79,93%	799.198	58,85%	-2,09%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	978.995	100,00%	1.357.951	100,00%	-27,91%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	-135.033	34,95%	-43.026	-23,44%	213,84%
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	-251.179	65,00%	-4.308	-2,34%	5735,94%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	-585	0,15%	-6.974	-3,80%	-91,61%
Efeito de variação de câmbio de ajuste de conversão	386	-0,10%	-4.673	-2,55%	-108,26%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-386.411	100,00%	-58.977	-32,13%	555,19%

Atividades Operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 135,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 43,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 213,8% no comparativo. Esse aumento é explicado majoritariamente pelo: (i) aumento do contas a receber no valor de R\$ 54,6 milhões; (ii) menor *cashback* pago no período (R\$ 72,8 milhões); (iii) redução da conta de créditos e circulação a pagar com a venda do Bankly (R\$ 99,6 milhões); (iv) *earn-out* pago do período no valor de R\$ 8,5 milhões.

Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 251,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, contra R\$ 4,3 milhões em 2022. Esse aumento é explicado pelas aplicações do período no valor de R\$ 379,6 milhões, esse efeito foi parcialmente amortizado pelo recebimento da venda de participação acionária, líquida do caixa da controlada alienada no valor de R\$ 138,7 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 0,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 91,6% no comparativo com 2022, quando foi de R\$ 7,0 milhões. No ano de 2023 não tivemos pagamentos de empréstimos e financiamentos dado que eles foram zerados em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A origem das receitas da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 decorrem das atividades principais da Companhia, de veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade e de intermediação de negócios.

Desde fevereiro de 2021, as receitas da Companhia passaram a ser compostas por receita decorrente das atividades da Companhia não somente no Brasil, mas também no exterior. Nesse sentido, a Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website e um aplicativo mobile ("Plataforma").

As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou serviços ou percentuais sobre as vendas geradas pela plataforma. O *cashback* pago aos usuários é considerado um investimento para a Companhia, na medida em que é em grande parte responsável pelo grande fluxo de usuários – ao mesmo tempo, os valores pagos como *cashback* são tratados como uma despesa para a Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram os Resultados Operacionais são:

(i) crescimento do número de usuários e o constante desenvolvimento e aprimoramento da plataforma e suas funcionalidades. Parte das receitas da Companhia estão diretamente relacionadas ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. Portanto, uma base maior de usuários tende a levar, naturalmente, a um tráfego maior e a uma geração de vendas maior;

(ii) reestruturação interna visando redução de custos em todas as linhas de negócio;

(iii) consolidação da parceria com o banco BV para lançamento da conta digital e cartão de crédito Méliuz, além dos novos produtos diversos custos relacionamento à atendimento ao cartão/conta, KYC, antifraude e entre outros foram absorvidos pelo banco BV;

(iv) venda da controlada Bankly em novembro de 2023, no qual seus resultados passaram a ser demonstrados ao final da demonstração de resultado como "Operações descontinuadas".

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em virtude de tal fato, caso o nível de consumo por parte dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da taxa de inflação, e variações da taxa de câmbio, as receitas de vendas da Companhia poderão ser impactadas.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano, euro e zloty polonês, representando essencialmente 7% da receita do ano. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, a variação do Zloty polonês pode afetar o auferimento de receita da Companhia.

Apesar do início das atividades da Companhia no exterior, até 31 de dezembro de 2023, suas receitas ainda não haviam sido impactadas de forma relevante por variações de câmbio.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

2.2 Resultados operacional e financeiro

Considerando o exposto acima, caso haja aumento da taxa de inflação, bem como variações da taxa de juros e da taxa de câmbio que promovam uma queda significativa do consumo no país, levando os nossos usuários e parceiros comerciais a reduzir o consumo de forma geral, incluindo com relação ao consumo dos produtos e serviços da Companhia, as receitas da Companhia poderão ser impactadas.

Além disso, considerando o início das atividades no exterior, variações na taxa de câmbio podem afetar o auferimento de receita da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não possui parágrafo de ressalva, porém possui uma ênfase devido a reapresentação dos valores correspondentes do ano anterior (2022), devido a alienação do Bankly, conforme exigido pela NBC TG 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e com a IFRS 5 Non-Current Assets Held for Sale and Discontinued Operating Units.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2023 houve a alienação do segmento B2B, em função da troca de controle da Acessopar e, indiretamente, do Bankly, ao banco BV.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação do controle da Acessopar e Bankly

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com o Banco Votorantim S.A. ("banco BV"), por meio do qual as partes acordaram que negociariam a venda do controle do Bankly para o banco BV durante um prazo de até 90 dias da assinatura do memorando.

Em 31 de março de 2023, a Companhia celebrou um aditamento ao referido Memorando de Entendimentos, para refletir a alteração na estrutura da transação e para estender o prazo para a submissão dos documentos definitivos acordados para aprovação por parte das instâncias de governança aplicáveis das partes envolvidas.

Em 25 de abril de 2023, foi oferecido aos acionistas da Companhia, nos termos e para os fins do artigo 253, incisos I e II, da Lei das S.A., prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência para subscrição das ações emitidas pela Acessopar (CASH1). O prazo para exercício foi finalizado em 25 de maio de 2023 e o total exercido foi inferior a 1% do capital da Acessopar.

Em 1 de junho de 2023, foi celebrado o acordo de investimento definitivo para a venda ao banco BV da totalidade das ações de titularidade da Companhia de emissão do Bankly e de até 100% das ações de emissão da Acessopar.

Após a assinatura do acordo de investimento definitivo entre as partes, a Companhia concluiu que foram atingidos os pré-requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e os saldos do Bankly e da Acessopar foram reclassificados para ativo mantido para venda e operação descontinuada.

Em 20 de outubro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou o ofício nº 26364/2023–BCB/Deorf/GTSP3, aprovando a transferência, pela Companhia, do controle societário sobre o Bankly para o banco BV.

Em 27 de novembro de 2023, ocorreu a conclusão da alienação de 100% das ações de emissão do Bankly e de 100% das ações de emissão da Acessopar ("Operação"). A implementação da Operação resultou na troca de controle da Acessopar e, indiretamente, do Bankly, ao banco BV.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, além da Alienação do Controle da Acessopar e do Bankly citados acima e da aliança estratégia com o banco Bv detalhado no item 2.9 deste capítulo, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado, Margem EBITDA ajustado

- O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156"). O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) acrescido pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, e dos custos e despesas com depreciação e amortização.
- A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida.
- O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA desconsiderando as despesas que a Companhia considera como não recorrentes, vide letra "b" deste capítulo 2.5 *Medições não contábeis*.
- A Margem EBITDA ajustada consiste no EBITDA ajustado dividido pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), tampouco representam os fluxos de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez da Companhia e como base para distribuição de dividendos.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, conforme Instrução da CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA divulgado pela Companhia, bem como a Margem EBITDA podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	(61.817)	(90.058)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>-18,93%</i>	<i>-28,13%</i>
EBITDA Ajustado	(1.139)	(93.500)
<i>Margem EBITDA ajustado</i>	<i>-0,35%</i>	<i>-29,21%</i>

Dívida Bruta e Caixa Líquido

- A Dívida Bruta equivale ao total de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante).
- O Caixa (Dívida) Líquido equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e TVM.

A Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BRGAAP e nem pelas IFRS emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente da calculada pela Companhia.

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Bruta	846	132
Caixa Líquido	663.502	455.640

2.5 Medições não contábeis

b. fazer a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado, Margem EBITDA ajustada

Reconciliação EBITDA (em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Lucro Líquido (1)	(20.788)	(33.573)
(+) Resultado Financeiro	(51.304)	(49.550)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social recorrentes e diferidos	1.022	(13.741)
(+/-) Depreciação e amortização	9.253	6.806
(=) EBITDA	(61.817)	(90.058)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>-18,93%</i>	<i>-28,13%</i>
Itens Extraordinários		
(-) Gastos com rescisão contratual	3.826	-
(-) Custos de stock options de funcionários ¹	-	10.241
(+) Reversão de encargos referentes a stock options	(3.382)	-
(-) Gastos com M&A	-	9.173
(-) Despesas com assessoria jurídica e financeira para venda do Bankly	18.099	-
(+/-) Atualização (reversão) do earn-out a pagar das empresas adquiridas em 2021 (Promobit, Melhor Plano e Alter) e atualização da opção de compra da Picodi	25.365	(31.065)
(+) Ganho (perda) operação de compra da iDinheiro (Gana)	-	1.863
(-) Custo baixa de ativo imobilizado	-	971
(-) Perda por impairment	-	711
(-) Provisão de perda da Americanas	2.516	4.664
(+) Estorno provisão de perda da Americanas	(1.364)	-
(-) Provisão de perda da 123 milhas	316	-
(-) Contingências processuais Bankly	16.321	-
(+) Outros extraordinários	(1.019)	-
(=) EBITDA ajustado	(1.139)	(93.500)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>-0,35%</i>	<i>-29,21%</i>

(1) Lucro líquido das operações em continuidade.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Bruta, Caixa (Dívida) Líquida

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Empréstimo e financiamentos (circulante)	-	(132)
Empréstimo e financiamentos (não circulante)	-	-
Arrendamento mercantil a pagar (circulante)	(350)	-
Arrendamento mercantil a pagar (não circulante)	(496)	-
Dívida Bruta	(846)	(132)
Caixa e equivalentes de caixa	69.361	455.772
Títulos e valores mobiliários ¹	594.987	-
Caixa Líquido	663.502	455.772

(1) Não considera o saldo de clientes de Bankly.

c. explicar motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA e EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustado como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita ser medidas práticas para medir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde, conforme aplicável, aos indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Dívida Bruta, Caixa (Dívida) Líquida

A medição do Caixa Líquido é útil na avaliação do grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

No dia 26 de janeiro de 2024, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 210 milhões ("Redução de Capital por Excesso") e da redução do capital social da Companhia no valor aproximado de R\$ 108 milhões, referente ao prejuízo acumulado ("Redução de Capital por Perdas"). A Redução de Capital por Excesso apenas se tornará eficaz após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da AGE, para oposição pelos credores da Companhia, nos termos do art. 174 da Lei das S.A., número 6.404/76.

Em 21 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 7,8 milhões, dentro do limite de capital autorizado, em razão do exercício de 47 (quarenta e sete) bônus de subscrição emitidos sob certificados nº 1 a nº 48, nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de maio de 2022 e alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de janeiro de 2024.

Em 24 de abril de 2024, o Méliuz assinou um Contrato de Investimento, Compra e Venda de Ações e Opções de Compra para aquisição de 19,4% da Zoppy Tecnologia Ltda ("Zoppy" ou "Vendedores"), empresa que presta serviços de gestão de CRM (Customer Relationship Management) voltada ao mercado de pequenos e médios varejistas, por R\$ 2,9 milhões. Adicionalmente a aquisição de 19,4%, os Vendedores outorgaram uma opção de compra de mais uma parcela minoritária do capital social em 2026 e de parcela remanescente do capital social em 2029, ambas a exclusivo critério do Méliuz, cujo preço de exercício será calculado com base nas métricas financeiras apuradas nos exercícios sociais de 2025 e 2028, respectivamente. O exercício das opções de compra estão sujeitas a aprovação de instâncias governamentais da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados apurados, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76. Parte do lucro líquido poderá ser retida, observada a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder 30% do capital social; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser destinada à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei 6.404/76; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei 6.404/76; (iv) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei 6.404/76; (v) uma parcela, poderá ser destinada para a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", observados os limites dispostos no Estatuto Social e a sua destinação; (v) o saldo terá a destinação dada pela Assembleia Geral.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado da Companhia foi de prejuízo no valor de R\$ 18,6 milhões, não havendo qualquer retenção de lucros. Este valor foi registrado na conta de Prejuízos Acumulados.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado da Companhia foi de prejuízo no valor de R\$ 18,6 milhões, não havendo qualquer retenção de lucros. Este valor foi registrado na conta de Prejuízos Acumulados.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Conforme Artigo 36, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Nos termos do Artigo 36, Parágrafo Quarto, o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404/76, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços, ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. No exercício de 2023 não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio, intermediários ou intercalares.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim	Salvo pelo disposto na Lei 6.404/76 e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

2.7 Destinação de resultados

como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. política de destinação de resultados	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem, atualmente, em seu portfólio, investimentos em andamento ou previstos relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de seu fluxo de caixa, bem como os recursos decorrentes da oferta pública inicial e secundária de ações da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com o Banco Votorantim S.A. ("banco BV"), por meio do qual as partes acordaram que negociariam a venda do controle do Bankly para o banco BV durante um prazo de até 90 dias da assinatura do memorando.

Em 31 de março de 2023, a Companhia celebrou um aditamento ao referido Memorando de Entendimentos, para refletir a alteração na estrutura da transação e para estender o prazo para a submissão dos documentos definitivos acordados para aprovação por parte das instâncias de governança aplicáveis das partes envolvidas.

Em 25 de abril de 2023, foi oferecido aos acionistas da Companhia, nos termos e para os fins do artigo 253, incisos I e II, da Lei das S.A., prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência para subscrição das ações emitidas pela Acessopar (CASH1). O prazo para exercício foi finalizado em 25 de maio de 2023 e o total exercido foi inferior a 1% do capital da Acessopar.

Em 01 de junho de 2023, foi celebrado o acordo de investimento definitivo para a venda ao banco BV da totalidade das ações de titularidade da Companhia de emissão do Bankly e de até 100% das ações de emissão da Acessopar.

Após a assinatura do acordo de investimento definitivo entre as partes, a Companhia concluiu que foram atingidos os pré-requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e os saldos do Bankly e da Acessopar foram reclassificados para ativo mantido para venda e operação descontinuada.

Em 20 de outubro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou o ofício nº 26364/2023-BCB/Deorf/GTSP3, aprovando a transferência, pela Companhia, do controle societário sobre o Bankly para o banco BV.

Em 27 de novembro de 2023, ocorreu a conclusão da alienação de 100% das ações de emissão do Bankly e de 100% das ações de emissão da Acessopar ("Operação"). A implementação da Operação resultou na troca de controle da Acessopar e, indiretamente, do Bankly, ao banco BV.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

A Companhia considera para os fins de investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços somente as intervenções que possam gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de resultar em ganho de qualidade, produtividade ou competitividade. Devido ao mercado em que se encontra inserida, o acompanhamento, desenvolvimento e adesão a novos produtos e serviços é fundamental e indispensável para as atividades da Companhia. No cenário de elevada competitividade nas áreas de atuação da Méliuz, os incrementos tecnológicos são, ao final, os responsáveis pela fidelização dos usuários e geração de vendas para os clientes. Na mesma linha, as parcerias comerciais referentes a novos negócios, tais como as celebradas com sofisticados participantes do mercado financeiro e

2.10 Planos de negócios

com fintechs, dependem praticamente da identificação, por parte desses parceiros, de um diferencial inovador da Companhia. Esse diferencial inovador se mostra basicamente em duas frentes: (i) tecnologia de ponta no *backoffice*, para suportar e executar as transações envolvidas na parceria com eficiência e confiabilidade; e (ii) conhecimento profundo do comportamento dos grupos de seus usuários.

Em 8 de março de 2023, houve a celebração do acordo comercial com o banco BV. Com o início da operação, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light*, deixando de incorrer em diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado por cartão de crédito ativado, conta ativada e percentual atrelado ao TPV do cartão.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no período.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A companhia considera como projetos em desenvolvimento novos produtos ou serviços que possam gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de gerar benefícios econômicos futuros, ganho de qualidade, produtividade ou competitividade, como por exemplo a modernização da infraestrutura do Méliuz para tornar o ecossistema mais user-friendly, o Méliuz Prime e os novos produtos em parceria com o BV.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo de projetos em desenvolvimento no intangível foi de R\$ 6,2 milhões, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros e melhorias na infraestrutura tecnológica do Méliuz.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No momento não há oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Em 8 de março de 2023, houve a celebração do acordo comercial com o banco BV. Com o início da operação, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo asset light, deixando de incorrer em diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado por cartão de crédito ativado, conta ativada e percentual atrelado ao TPV do cartão.

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, com objetivo de monitorar e minimizar os riscos inerentes às suas atividades. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no *website* da Companhia (ri.meliuz.com.br).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem por objetivo buscar a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos:

1. **Riscos operacionais:** são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de uso de tecnologia, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.
2. **Riscos macroeconômicos:** são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento dos clientes e consumidores, tais como taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.
3. **Riscos de compliance:** são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e dos códigos e políticas internas, e também dos códigos, políticas e regras de clientes ou de fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira.
4. **Riscos corporativos:** são os principais riscos de cunho estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, de mão de obra, políticos, socioambientais, que podem impactar as atividades ou os objetivos da Companhia.
5. **Riscos estratégicos:** são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia mal sucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos.
6. **Riscos regulatórios:** são os riscos resultantes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva, aumentar os custos das atividades da Companhia ou até mesmo inviabilizá-la.
7. **Riscos jurídicos:** São aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais a Companhia é autora ou ré, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações ou de indenizações/multas por eventuais danos a terceiros decorrentes das atividades que a Companhia desenvolve;
8. **Riscos tecnológicos e cibernéticos:** riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros.
9. **Riscos de imagem:** são riscos resultantes da ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima e neste Formulário de Referência, nas seções 4.1 e 4.2, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não adota parâmetros objetivos para tomar decisões a respeito da aceitação ou não aceitação de determinados riscos. O principal instrumento utilizado no processo de gerenciamento de riscos é a “Matriz de Riscos”, ferramenta por meio da qual se busca auxiliar os processos decisórios e a definição do apetite a risco da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto das seguintes etapas: (1) identificação e classificação dos riscos nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima; (2) análise dos riscos identificados e indicação gráfica daqueles de baixa probabilidade e baixo impacto; de baixa probabilidade e alto impacto; de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim de alta probabilidade e alto impacto; (3) definição e implementação das ações de resposta aos riscos; e finalmente, (4) definição dos procedimentos de monitoramento e comunicação.

As seguintes abordagens e instrumentos podem ser adotados pela Companhia durante o processo de gerenciamento de riscos:

- **Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;

- **Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;

- **Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, Matrizes de Riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças ou fraquezas.

Essa primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de um mapa de riscos, que é avaliado anualmente. O mapa pode ser atualizado devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco. Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) *terminar*, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) *diversificar*, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) *aceitar*, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) *passar adiante*, transferindo a responsabilidade para terceiros (por exemplo, no risco de incêndio, o custo do sinistro pode ser transferido para seguradoras).

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A partir dos riscos identificados e ações recomendadas, a Companhia deverá implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades são realizadas e monitoradas pelos membros da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita na alínea (iii) deste item 5.1, abaixo.

Além dos instrumentos descritos acima, são utilizados procedimentos de pré-avaliação cadastral de novos clientes, disseminação dos códigos, condutas e procedimentos da Companhia, treinamentos, com a finalidade de identificar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a Área de Governança, Riscos e Compliance, a Área de Segurança da Informação, bem como pelas Gerências e demais colaboradores da Companhia.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões e atualizações. Estabelece

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ainda as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos e o nível de risco que a Companhia se submete na condução de seus negócios por meio da avaliação e aprovação da Matriz de Riscos apresentada pelo Comitê de Auditoria. Também tem como atribuição acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio, em caso de necessidade, aos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas pelos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas, entre outras áreas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e acompanha a evolução do gerenciamento de riscos em atenção aos níveis de riscos considerados aceitáveis para a Companhia.

O Conselho de Administração é ainda responsável por assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e orçamento próprio, destinado a cobrir as suas despesas de funcionamento. O Conselho de Administração monitora as atividades do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês de assessoramento, integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Por fim, define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, caso o Comitê de Auditoria (e, eventualmente, outros comitês de assessoramento integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos) não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema relacionado ao gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Assessoria o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos, mediante avaliação e monitoramento do cumprimento e da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, podendo recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. Ademais, acompanha e supervisiona as atividades da Auditoria Interna e da área de Governança, Riscos e Compliance da Companhia, inclusive, opinando na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

Compete ainda ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar a exposição aos riscos que possam afetar a continuidade dos negócios da Companhia e supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, avaliando as informações trimestrais e demonstrações financeiras. É também responsável por receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, e por avaliar a efetividade do modelo de gerenciamento de riscos, sugerindo soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, e recomendando ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos e nos processos internos de gerenciamento de riscos da Companhia.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

Diretoria

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e executa a Política de Gerenciamento de Riscos. Sempre que necessário, deve propor ao Conselho de Administração revisões às estratégias e diretrizes da Companhia ou à Política de Gerenciamento de Riscos. Adicionalmente, deve identificar riscos preventivamente e fazer a gestão de tais riscos, avaliando a probabilidade de materialização e adotando medidas para prevenção e/ou mitigação.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e é responsável por auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia; monitorar o ambiente de controles internos e a efetividade do gerenciamento de riscos executado pelo Comitê de Auditoria, Diretoria e Conselho de Administração; e apresentar ao Comitê de Auditoria, periodicamente, pareceres imparciais, independentes e tempestivos contendo as suas conclusões e recomendações. Para tanto, executa os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria; verifica a implementação dos planos de ação e sua eficácia; identifica a necessidade de priorizar determinadas ações, bem como de ampliar testes e/ou monitoramento contínuo, em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados. Ainda, identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos, emitindo opinião formal sobre os controles internos testados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os trabalhos de competência da área de Auditoria Interna são terceirizados. Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Área de Governança, Riscos e Compliance

A área de GRC combina governança, gerenciamento de riscos e conformidade em um modelo coordenado, que visa alinhar as metas do negócio com gerenciamento dos riscos e cumprimento de todas as regulamentações governamentais aplicáveis à Companhia.

Dentre outras atribuições do setor, inclui-se o aumento da eficiência dos processos, a mitigação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade. Além disso, busca-se a definição de papéis, responsabilidades e prestação de contas, garantindo que a organização seja dirigida de forma ética

Área de Segurança da Informação

A Área de Segurança da Informação tem por competência identificar, monitorar e mitigar os riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que possam prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, tais como ciberataques, destruição de servidores, restrição de acesso aos sistemas de informação, perda de informações relevantes, dentre outros. Nesse sentido, busca identificar fragilidades nos recursos e procedimentos empregados pela Companhia no tratamento de informações, por meio de inspeções periódicas aos parâmetros e recursos tecnológicos disponíveis, bem como implementar plano de ações e controles aos riscos decorrentes das fragilidades identificadas.

Constatada ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro ou qualquer outro evento relacionado ao ambiente de tecnologia da informação que possa prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, a Área de Segurança da Informação deve reportar o evento à Diretoria e ao Comitê de Auditoria e recomendar as ações a serem implementadas para o tratamento dos riscos em relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Gerências e demais colaboradores

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

- os objetivos estratégicos da Companhia;
- composição e natureza das contas contábeis;
- possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
- complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, o gerenciamento dos controles internos da Companhia está estruturado em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

- **1ª Linha de Defesa:** representada pela Diretoria, Área de Governança, Riscos e Compliance, Área de Segurança da Informação, gerências e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. É responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas ao gerenciamento de riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **2ª Linha de Defesa:** Representada pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;
- **3ª Linha de Defesa:** Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa, fornecendo pareceres periódicos ao Comitê de Auditoria. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de controle, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados são reportados para as áreas responsáveis pela elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

Os processos e controles mapeados são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados, com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação de efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, pois permite à Companhia monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos seus negócios, identificar possíveis impactos dos riscos em suas operações e corrigir eventuais falhas tempestivamente.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A administração da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e os demais colaboradores da Companhia são responsáveis por assegurar que as Demonstrações Financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos. Para tanto, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos, *compliance* e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações Financeiras e objetiva: (a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registrem as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; (b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; (d) implantação de estrutura e procedimentos de *compliance*, bem como o aprimoramento das respectivas políticas; e (e) gerenciamento de riscos operacionais.

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que conta com uma estrutura rígida de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, em que são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pelo Diretor Financeiro. Todos são responsáveis por assegurar que os números contabilizados estão adequados e confiáveis.

Na sequência, com o uso de *checklists* de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil da Companhia prepara as demonstrações financeiras, submetendo-as para revisão do Diretor Financeiro. Após revisadas, as demonstrações financeiras são submetidas aos auditores independentes, para elaboração de seu relatório sobre estas demonstrações.

No decorrer do exercício, e de forma concomitante aos trabalhos da Gerência de Contabilidade e da Diretoria Financeira, a Auditoria Interna efetua testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. A Auditoria Interna julga se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e, atualmente, tem suas atividades terceirizadas à Moore, empresa contratada em fevereiro de 2022.

Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria Interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Os administradores da Companhia entendem que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera.

Adicionalmente, os administradores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de seus processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos e de *compliance*. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui estrutura organizacional de controles internos para assegurar o gerenciamento de riscos envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras:

- (i) Gerente Contábil e Fiscal: Participa da elaboração de balancetes, papéis de trabalho adicionais e contratos. Responsável pela confecção de controles internos de suporte e validação de saldos de contas bem como documentos comprobatórios desses saldos.

5.2 Descrição dos controles internos

- (ii) Diretor Financeiro: responsável pela revisão e validação do relatório das demonstrações financeiras

Adicionalmente, observadas as demais competências e responsabilidades descritas no item 5.1 (b) (iii) e no item 5.3(a) acima, fazem parte da estrutura (1) o Conselho de Administração, que supervisiona a atuação das demais estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos; (2) o Comitê de Auditoria, que acompanha as atividades de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, e supervisiona as atividades da área financeira, controladoria e contábil, reportando as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; e (3) a Auditoria Interna, que tem suas atividades terceirizadas a auditor independente registrado na CVM, sendo de sua competência, no decorrer do exercício, efetuar testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções da Auditoria Interna está a função de julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para a mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria.

Em virtude da necessidade de elaboração das demonstrações financeiras nos padrões contábeis adotados no país, a auditoria independente verifica periodicamente se as informações provenientes dos sistemas estão aderentes aos padrões contábeis exigidos e, nesse sentido, se estão aderentes às exigências e, sempre que necessário, recomenda adequações e melhorias aos padrões existentes.

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos adotados são mensalmente supervisionados pela Administração da Companhia. A Diretoria Financeira analisa e revisa todos os controles utilizados na preparação das demonstrações financeiras, enquanto os membros do Comitê de Auditoria e os membros do Conselho de Administração são responsáveis pelo acompanhamento da eficiência dos controles internos, mediante supervisão periódica das atividades da área financeira, controladoria e contábil.

Ademais, a Auditoria Interna terceirizada registrada na CVM, é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de controle e governança da Companhia, tendo suas atividades acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, a fim de conferir maior confiabilidade aos relatórios financeiros e às demonstrações financeiras. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas e acompanhadas pelo membro da Auditoria Interna.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pela atualização do Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”) da Companhia, que estabelece, dentre outros, princípios e orientações de condutas com a finalidade de prevenir fraudes e ilícitos (incluindo, mas não se limitando contra a administração pública), boas práticas de mercado e promover o estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes.

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no: (i) website da Companhia (ri.meliuz.com.br); no website da CVM (www.cvm.gov.br); e (iii) no website da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia compromete-se com o cumprimento das leis e com o combate à corrupção, adotando mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado a eventuais atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, em ambiente público ou privado, incluindo qualquer forma de discriminação e preconceito, e condutas que atentem contra a diversidade ou contra direitos da criança e do adolescente. A Companhia busca ainda garantir a segurança e saúde no trabalho através do desenvolvimento de práticas e políticas que minimizem os riscos ocupacionais.

As relações da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços devem contemplar os interesses legítimos dos envolvidos, sempre baseados em parâmetros técnicos, não sendo admitidas vantagens indevidas, obtidas por meio da manipulação de informação, ou de intimidação, coerção, coação, constrangimento ou qualquer criação artificial de situações de dependência da outra parte envolvida, sejam práticas de concorrência desleal ou situações caracterizadas como conflito de interesse com os negócios da Companhia.

A Companhia não admite, em nenhuma hipótese, o uso de meios ilegais (roubo, furto, suborno, espionagem por meios eletrônicos e outros) ou antiéticos para obter informações sobre concorrentes.

A Companhia e seus colaboradores devem observar a legislação que regula a participação de empresas em assuntos políticos e no relacionamento com o poder público e órgãos reguladores, inclusive no que diz respeito a contribuições para campanhas eleitorais. A Companhia mantém, com o poder público e órgãos reguladores, uma posição de independência, de colaboração e de respeito às leis e regulamentações. A relação da Companhia com o poder público deve ser sempre transparente e isenta, sendo expressamente vedado favores e doações, seja direta ou indiretamente, a funcionários públicos.

Considerando que a atividade da Companhia é fortemente baseada na utilização de informações confidenciais e estratégicas de seus clientes, tais informações devem ser manipuladas com zelo e cuidado. Para tanto, a Companhia impõe como princípios básicos:

(i) A informação é um ativo da Companhia e de nossos clientes. É dever de todos os colaboradores protegê-la de vazamentos inconscientes ou tentativas maliciosas de terceiros, adotando um comportamento atento e responsável.

(ii) Uma vez que a segurança da informação está fortemente ligada ao comportamento, é necessário adotar-se sempre uma atitude responsável e ética, em consoante com os valores básicos da Companhia.

(iii) As consequências da disponibilização de informações confidenciais podem ser desastrosas para o colaborador e para a Companhia. A disponibilização negligente ou fraudulenta da informação é crime e abre a possibilidade de perdas econômicas por parte das empresas envolvidas.

(iv) *Chinese wall policy*: a confidencialidade de projetos e informações de clientes deve ser mantida inclusive internamente na Companhia, especialmente no caso de times alocados a clientes concorrentes (exemplos de clientes concorrentes: redes de supermercado, e-commerces, etc.).

(v) O uso indevido de informações confidenciais da Companhia ou de clientes é considerado motivo para desligamento por justa causa, além de sujeitar o responsável às penalidades previstas em lei.

5.3 Programa de integridade

Os principais mecanismos normativos do programa de integridade da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração e compreendem, além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020: (i) a política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) a política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) a política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) a política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) o regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) o regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os valores da Companhia, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos identificados, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no: (i) website da Companhia (ri.meliuz.com.br); (ii) no website da CVM (www.cvm.gov.br); e (iii) no website da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br).

Entre os principais instrumentos, procedimentos e práticas utilizados pela Companhia para gestão de seu programa de integridade estão (i) o Canal de Denúncias, conforme descrito no item (b), abaixo, por meio do qual o descumprimento de quaisquer diretrizes éticas e de outras políticas de integridade podem ser reportadas à Comissão de Ética da Companhia, com a finalidade identificar e remediar e/ou punir a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação; (ii) ações de comunicação e treinamento periódicos, gerais e específicos, sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia, que visam a conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto às diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do programa de integridade; e (iii) a entrega de cópia do Código de Ética e Conduta da Companhia a seus colaboradores, contra a assinatura de um “Termo de Adesão”, pelo qual o colaborador atesta sua ciência sobre as normas de conduta e obriga-se a cumpri-las.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada. Para o auxílio na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, o Conselho de Administração conta com o Comitê de Auditoria. As competências destes dois órgãos da Administração encontram-se descritas no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, compete à Auditoria Interna: (i) o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) execução dos testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria; (iii) verificação da implementação dos planos de ação e sua eficácia; (iv) Identificação da necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou o monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados; (v) identificação e apontamento de oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos; e (v) Emissão de opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Por fim, a companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por supervisionar a aplicação do Código de Ética.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Ética que foi devidamente atualizado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define os valores e princípios da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

5.3 Programa de integridade

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no *website* da Companhia (ri.meliuz.com.br) e nos websites da CVM e B3, (www.cvm.gov.br) e (www.b3.com.br), respectivamente.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Ética da Companhia se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os empregados, bem como todas as pessoas que mantêm vínculo estatutário com a Companhia, recebem treinamento no momento de ingresso na Companhia, sendo objeto de estruturação pela Companhia o fornecimento de treinamentos periódicos aos seus colaboradores.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de violações. Essas medidas podem ser, dentre outras: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do colaborador; (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, ou, ainda, (v) propositura de ações judiciais. A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de suas políticas, códigos e regimentos internos. O canal de denúncias da Companhia é disponibilizado aos seus colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://ouvidordigital.com.br/meliuz/>

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é interno. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade, de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e a Companhia se compromete a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Comissão de Ética é responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do Código, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. A Comissão de Ética analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia. Cabe à Comissão de Ética decidir, por meio de processo formal, sobre as penalidades que serão aplicadas a cada fato objeto de

5.3 Programa de integridade

denúncia.

Casos denunciados, que tiverem por escopo questões contábeis e fiscais, bem como denúncias que envolvam membros da Administração da Companhia (conselheiros e diretores) além da Comissão de Ética, o caso será reportado também ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanhará e dará suporte às decisões da Comissão de Ética.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Na data deste Formulário de Referência não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no capítulo 4 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

Em complemento ao item 5.2 em que não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a Companhia divulga as condições gerais e as diretrizes observadas no processo de gestão de riscos.

Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2023
Caixa e equivalentes e Títulos e valores mobiliários	664.348

Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, sendo: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de câmbio e taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de câmbio e taxas de juros.

i) Risco de câmbio

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio do dólar americano, euro e zloty polonês que possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano e euro, representando essencialmente 7% da receita do exercício. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, as variações do zloty polonês podem afetar o aferimento de receita da Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, antecipações de earn-out, earn-out a pagar e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, se houver. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

Risco de crédito

O risco de crédito se baseia na concentração de receita que a Companhia tem de 37% em três clientes, o restante é pulverizado em centenas de clientes finais, com os quais a Companhia tem relacionamento direto. O resultado dessa gestão crédito está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5. das demonstrações financeiras de 2032 disponíveis no site de RI da Companhia (ri.meliuz.com.br).

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Risco de liquidez

A administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Fornecedores	5.104	-	5.104
Empréstimos e financiamentos	350	496	846
Provisão de <i>Cashback</i>	19.952	409	20.361
Adiantamentos	165	-	165
<i>Earn-out</i>	37.839	5.572	43.411
Opção de compra	-	23.741	23.741
Carteira de criptoativos	12.231	-	12.231
Total	75.641	30.218	105.859